

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, em 30/03/2023

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAP	João José Assumpção de Abreu Demarchi
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
AEAS	Paulo Takeyama
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Ana Paula Fernandes Abrahão
	Maria das Graças Martini
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
Associação Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa
BIOSS	Sidney José da Rosa
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
FIESP	
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
	Flávio Forti Stenico
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaína Menuzzo Quental
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IPSA-C	
Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Júnior
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	Maria de Lourdes Amaral Nascimento
	Thiago Figueiredo Santana p/p Maria de Lourdes Amaral Nascimento
	Francisco Antônio Moschini
INEVAT	Raquel Eliana Metzner
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
P.M. de Americana	Carlos Cesar Gimenez Zappia
P.M. de Analândia	Paulo Henrique Franceschini
	Leandro Eduardo Santarpio
P.M. de Atibaia	Emil Ono (p/p Fabiane Cabral da Costa Santiago)
P.M. de Bragança Paulista	Amauri Sodré da Silva (p/p Julia Ramos Barbosa)
P.M. de Camanducaia	Saulo Tarsis Paiva Vieira
P.M. de Campinas	Manuelito Pereira Magalhães Junior
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
P.M. de Elias Fausto	Gisele Zaratini
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	Eliane Nascimento Nunes de Oliveira
P.M. de Indaiatuba	Nilson Alcides Gaspar (p/p Karoline Monaro)
P.M. de Itapeva	Gabriel Augusto Campos
P.M. de Itirapina	Maria da Graça Zucchi Moraes (p/p Edivan Ferreira de Lacerda)
P.M. de Jundiá	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Limeira	Simone Fernanda Zambuzi

P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mombuca	Guilherme Mikhail Helan Dorelli
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Nova Odessa	Claudio José Schooder (p/p Alexandre Martins Vieira)
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida
	Renato Natalio Cardoso
P.M. de Piracaia	Stela Dalva Sorgon
P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino (p/p João Francisco de Lima)
P.M. de Salto	Laerte Sonsin Júnior
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Laerson Andia Júnior
P.M. de Santa Gertrudes	Marie Caroline Koch de Moraes
P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva
P.M. de Tietê	Vlamar Sandei (p/p Reinaldo Martin de Camargo)
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Valinhos	Lucimara Godoy Vilas Boas (p/p Marcello Cesar Lino)
P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes (p/p Mara Leteliano Leite Reis)
Rotary International – D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Rotary International – D4621	Rosani Franco de Faria Novaes
SAAESP	Ana Beatriz Cruzato Moraes
	José Rubens Fraçoso
SABESP	Hélio R. Gonçalves Figueiredo
	Maurício Polezi
	Wilson Aparecido Stocco
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco
	Isadora Maria Gomes da Silva Lucas dos Santos
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
	Fernanda Cristina Chiorfi Piva
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional	Eduardo Trani
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística	André Luiz Sanchez Navarro
	Caroline Túbero Bacchin
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
SIAESP	Bartira Elia
SIFAESP	Gilson Camargo da Silva
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
UNICA	André Elia Neto
Universidade de São Paulo - USP	Tadeu Fabrício Malheiros
Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
ASSEMAE	Hugo Piffer Leme
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Alexandre Saia
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Roseli dos Santos Souza

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, em 30/03/2023

Ao trigésimo dia do mês de março de 2023, nas dependências da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), em Piracicaba/SP, foi realizada a 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 120 (cento e vinte) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima, e público em geral, registrados em livro de presença próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção dos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito Municipal de Piracicaba/SP e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1; Sra. Caroline Túbero Bacchin, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretária-executiva Adjunto do CBH-PCJ; Sr. Damião Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal de Toledo e Secretário-executivo Adjunto do CBH-PJ1; Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ; Prof. Renato de Albuquerque Ferreira, Diretor Executivo da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP); Sr. Paulo Henrique Franceschini, Prefeito Municipal de Analândia; Sr. Laerte Sonsin Júnior, Prefeito Municipal de Salto; Sr. Thiago Silverio da Silva, Prefeito Municipal de São Pedro e o Sr. Rodrigo Sanches Garcia, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA-PCJ) – Núcleo Campinas. **2. Abertura:** Dando início à reunião, os componentes da mesa tomaram seus lugares e todos foram convidados a ouvir e cantar o Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** Na sequência, o Cerimonial passou a palavra ao Sr. Rodrigo Sanches Garcia, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, que cumprimentou e desejou uma ótima reunião a todos. Na sequência, os Srs. Paulo Henrique Franceschini (Prefeito Municipal de Analândia), Laerte Sonsin Júnior (Prefeito Municipal de Salto) e Thiago Silverio da Silva (Prefeito Municipal de São Pedro), cumprimentaram o Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, os membros da mesa diretiva e demais presentes, desejando a todos um excelente trabalho. Posteriormente, o Prof. Renato de Albuquerque Ferreira, Diretor Executivo da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP) e anfitrião da reunião, que cumprimentou e recebeu a todos com boas-vindas à instituição. Saudou, em nome do Prefeito Municipal de Piracicaba/SP, Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, enquanto município anfitrião, toda a equipe organizadora e desejou sucesso à reunião, colocando a instituição à disposição para contribuir com as atividades dos Comitês PCJ. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, cumprimentou os presentes e desejou um bom trabalho a todos. O Sr. Damião Aparecido do Couto, Secretário-executivo do CBH-PJ1, e a Sra. Caroline Túbero Bacchin, Secretária-executiva Adjunto do CBH-PCJ, também cumprimentaram os presentes, desejando a todos um bom e sadio debate. Na sequência, o Sr. Sidney José da Rosa, 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, também cumprimentou a todos e desejou uma boa e produtiva reunião. Em seguida, o Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito Municipal de Piracicaba/SP, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, cumprimentou a todos, dando as boas-vindas e agradecendo especialmente a presença dos prefeitos, dos membros da diretoria e demais presentes. Ademais, o Sr. Luciano declarou

aberta a 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, desejando a todos um excelente trabalho. Com autorização da diretoria dos Comitês PCJ, o Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Sr. André Luiz Sanchez Navarro, deu as boas-vindas aos presentes e passou a conduzir os trabalhos, nominando os órgãos e as entidades representadas na reunião e confirmando a existência de quórum nos três comitês. **3. Assuntos a deliberar.** **3.1. Posse dos representantes dos usuários de recursos hídricos, das entidades representativas de usuários de recursos hídricos e das organizações civis eleitas, sediadas no Estado de São Paulo, nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; dos representantes dos municípios, dos órgãos estaduais, das organizações civis e dos usuários de recursos hídricos de Minas Gerais indicados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1) no Plenário do PCJ FEDERAL; e dos representantes indicados pelos órgãos do governo federal no Plenário do PCJ FEDERAL.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, lembrou que a Deliberação dos Comitês nº 416/22, de 04/10/2022, aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) e a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 422/22, de 03/11/2022, altera os incisos I e II, do artigo 6º, do anexo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 416/22, de 04/10/2022. As referidas deliberações estabeleceram a definição dos prazos, normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos representantes dos órgãos e entidades governamentais federal e estaduais, dos municípios, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis da área de atuação dos Comitês PCJ, para o mandato 2023-2025. Ressaltou que quanto ao processo eleitoral do CBH-PJ1, é conduzido pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) conforme disposto pelo Decreto (MG) nº 44.433, de 04/01/2007, e pela Deliberação Normativa CERH/MG nº 52/16, de 30/06/2016, tendo sido os procedimentos internalizados em nova redação do Regimento Interno do CBH-PJ1, aprovada pela Deliberação CBH-PJ1 nº 007/22, de 20/06/2022. Para compor a Diretoria do PCJ FEDERAL e Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL) foram indicados os conselheiros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (PJ1) para o mandato 2023-2025 pela Deliberação *ad referendum* CBH-PJ1 nº 13, de 26/02/2023. O Sr. André detalhou como foi desenvolvido, até o momento, o processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, destacando as atividades referentes a cada segmento: 1) Órgãos de Governo: membros natos, tendo os respectivos prefeitos como seus titulares, podendo indicar seus respectivos suplentes. Os demais municípios, com território incluso, mas sede externa às Bacias PCJ, podem solicitar participação nos plenários. Aos municípios, foi encaminhado, pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, ofício solicitando o cadastramento dos representantes suplentes dos Prefeitos, uma vez que, conforme dispõe a legislação pertinente, os Prefeitos são membros titulares dos Plenários dos Comitês PCJ. Esse processo ocorreu no mês de janeiro de 2023 e a composição do segmento será definida na Assembleia Setorial; 3) Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Civis: o Sr. André comunicou que o processo eleitoral aconteceu em quatro etapas: a) inscrição das entidades interessadas; b) habilitação das entidades inscritas; c) inscrição das chapas das entidades habilitadas; e d) votação das chapas inscritas. Informou, assim, que a deliberação em apreciação empossa os representantes dos municípios mineiros, dos órgãos e entidades dos governos de Minas Gerais e da União no Plenário do PCJ FEDERAL e dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2023-2025. Dando prosseguimento, o Sr. André, nomeou as

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, em 30/03/2023

instituições e seus respectivos membros indicados para compor o CBH-PCJ e o PCJ FEDERAL e passou a palavra ao Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que declarou empossados, em nome das diretorias dos Comitês PCJ, todos os membros supramencionados. Após as explanações, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 433/23, de 30/03/2023, que empossa representantes dos municípios mineiros, dos órgãos e entidades dos governos de Minas Gerais e da União no Plenário do PCJ FEDERAL e dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2023/2025, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.2. Definição da ocupação dos cargos da diretoria e instruções para a realização das assembleias setoriais.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou a necessidade de definição dos cargos diretivos dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL). Ressaltou que, conforme mencionado anteriormente, os representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1) para os cargos da diretoria do PCJ FEDERAL e da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), bem como para os respectivos segmentos, foram indicados através da Deliberação *ad referendum* CBH-PJ1 nº 13, de 26/02/2023, que indica os Conselheiros do CBH-PJ1 (mandato 2023-2025) para a composição do PCJ FEDERAL e da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. Fez um breve relato sobre a ocupação dos cargos diretivos em mandatos passados, ressaltando a importância de cada cargo na estrutura. Em seguida, o Sr. André propôs a composição, como segue: a) CBH-PCJ: Presidência ocupada por um prefeito; Vice-presidência por um representante de uma entidade de Usuários de Recursos Hídricos de São Paulo; a Secretaria Executiva pelo Secretário-executivo eleito no PCJ FEDERAL e o Secretário-executivo Adjunto por representante de órgão estadual paulista; b) PCJ FEDERAL: a Presidência ocupada pelo Presidente eleito para o CBH-PCJ; a 1ª Vice-presidência exercida pelo Presidente já indicado no CBH-PJ1; a 2ª Vice-presidência exercida pelo mesmo representante eleito para a Vice-presidência do CBH-PCJ; a 3ª Vice-presidência exercida por um representante dos órgãos federais e um Secretário-executivo a ser eleito dentre os representantes do Governo de São Paulo; e c) CBH-PJ1: conforme previamente indicado pela Deliberação *ad referendum* CBH-PJ1 nº 13/23, a Presidência é exercida pelo representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS); Vice-presidência exercida por representante de uma entidade de Usuários de Recursos Hídricos, a Melhoramentos Florestal; a Secretaria Executiva por representante da Prefeitura Municipal de Toledo/MG e a Secretaria-executiva Adjunta por representante da Prefeitura Municipal de Camanducaia/MG. O Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e não havendo, submeteu a relação das definições dos segmentos para compor a diretoria do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2023-2025, à votação, sendo aprovado por unanimidade pelos membros dos plenários. Em seguida, o Sr. André complementou com a proposta de definição de segmentos para a composição do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH), a saber: segmento Municípios com 1 (uma) vaga para Titular, segmento Organizações Civis com 1 (uma) vaga para 1º Suplente, segmento Usuários de Recursos Hídricos com 1 (uma) vaga para 2º Suplente e Órgãos de Governo com 1 (uma) vaga para 3º Suplente. Para a composição do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), o Sr. André apresentou a proposta de definição de segmentos sendo a titularidade para o segmento Organizações Civis e a suplência para o segmento Usuários de Recursos Hídricos para o PCJ FEDERAL

e CBH-PCJ, destacando-se que no PCJ FEDERAL o tipo de representação compreende a participação como membro no Colegiado Coordenador, além da representação enquanto titular e suplente no plenário. Quanto à definição de segmento para a composição da Rede Brasil de Organismos de Bacias (REBOB), o Sr. André tratou a proposta de escolha para 1 (uma) vaga para titular e 1 (uma) para suplente, escolhidos durante a Assembleia do segmento Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Civis. Ressaltou que as vagas para os representantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) do Estado de São Paulo, Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) do Estado de São Paulo e Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CMC) do Estado de São Paulo ficam escolhidas durante a Assembleia do segmento Municípios. Em seguida, o Sr. André abriu para manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a relação das definições dos segmentos para compor o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH), Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), Rede Brasil de Organismos de Bacias (REBOB), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) do Estado de São Paulo, Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) do Estado de São Paulo e Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CMC) do Estado de São Paulo, para o mandato 2023-2025, à votação, sendo aprovado por unanimidade pelos membros dos plenários. Definidos os segmentos que ocupariam cada cargo diretivo e as representações, a reunião foi suspensa e os membros dos plenários foram divididos e se reuniram em Assembleias Setoriais para a definição das vagas para: a) Presidência do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Vice-presidência CBH-PCJ e 2ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, 3ª Vice-presidência do PCJ FEDERAL, Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ; b) composição dos segmentos Municípios e Órgãos de Governo no CBH-PCJ e no PCJ FEDERAL; c) representantes para compor a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ; d) representantes dos municípios paulistas no CBH-SP, CMC-SP e CONESAN-SP; e) representantes para os Fóruns Paulista e Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH/FNCBH) e Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB). **3.3. Eleição e posse dos representantes dos municípios e dos órgãos estaduais do governo paulista com direito a voto nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; dos membros da CT-PL; das Diretorias do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL; dos representantes no CRH/SP, no Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (SP), no Conselho Estadual de Saneamento (SP), na Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB e nos Fóruns Nacional e Paulista de CBHs.** Após o término das assembleias setoriais, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, anunciou os resultados das eleições do mandato 2023-2025 da Presidência do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Vice-presidência CBH-PCJ e 2ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, 3ª Vice-presidência do PCJ FEDERAL, Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ; composição dos segmentos Municípios e Órgãos de Governo no CBH-PCJ e no PCJ FEDERAL; representantes da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL); representantes no CRH-SP, CMC-SP, CONESAN-SP, Fóruns Paulista e Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH/FNCBH) e Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), conforme relação de órgãos e entidades indicadas na minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 434/23, de 30/03/2023. Em seguida, o Sr. André realizou a leitura das representações: **a) Diretoria dos Comitês PCJ:** para Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, o Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida (Prefeito do Município de Piracicaba/SP); como Vice-presidente do CBH-PCJ e 2ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Marco

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, em 30/03/2023

Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); como 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, a Sra. Roseli dos Santos Silva, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; como Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e como Secretária-executiva adjunta do CBH-PCJ, a Sra. Caroline Túbero Bacchin, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo; **b) Municípios paulistas com direito a voto:** Sr. André lembrou que todos os prefeitos cujos municípios tenham sede na área das Bacias PCJ são considerados membros natos com direito a voz, sendo necessária a escolha dos municípios para o preenchimento das vagas de titulares e suplentes com direito a voto reservadas para o segmento. Desse modo e em atendimento ao disposto no inciso II e no § 4º do art. 7º do Estatuto do CBH-PCJ, e ao disposto no inciso III do art. 8º do Regimento Interno do PCJ FEDERAL, foram preenchidas 8 (oito) vagas de membros titulares e seus respectivos suplentes, com direito a voz e voto para composição do segmento Municípios no CBH-PCJ, estando estes automaticamente eleitos para compor o PCJ FEDERAL, conforme relação disposta no art. 3º da minuta de deliberação; **c) Órgãos de Governo:** o Sr. André informou que, os órgãos e as entidades indicadas na respectiva Assembleia Setorial, com direito a voz e voto no Plenário do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, foram incluídos nos artigos 4º e 5º, respectivamente, da minuta de deliberação; **d) Representantes dos municípios paulistas no CRH-SP, CMC-SP e CONESAN-SP:** além da escolha dos municípios com direito a voz e voto, foram escolhidos, durante a assembleia setorial do segmento Municípios, o Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, Sr. Rafael Piovezan, para ocupar a função de representante das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGHRI) nº 05 (Piracicaba, Capivari e Jundiá) e nº 10 (Sorocaba e Médio-Tietê) junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH/SP), como membro suplente do Décimo Primeiro Grupo, para o período de 2023 a 2025. Ficou indicado pelos prefeitos e demais representantes dos municípios paulistas, participantes desta reunião, para representar as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGHRI) nº 05 (Piracicaba, Capivari e Jundiá) e nº 10 (Sorocaba e Médio-Tietê), junto ao Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CMC-SP), como membro suplente do Décimo Primeiro Grupo, para o período de 2023 a 2025, o Sr. Paulo de Oliveira e Silva, Prefeito Municipal de Mogi Mirim. E como representante das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGHRI) nº 05 (Piracicaba, Capivari e Jundiá) e nº 10 (Sorocaba e Médio-Tietê), junto ao Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN-SP), como membro suplente do Décimo Primeiro Grupo, para o período de 2023 a 2025, o Sr. Estantislau Steck, Prefeito Municipal de Louveira; **e) Representantes do Fóruns Paulista e Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e pela Rede Brasil de Organismos de Bacias:** foram escolhidos, para representação no Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, como membro titular da vaga a Prefeitura Municipal de Hortolândia; o 1º Suplente, membro do segmento Organizações Cívicas, a entidade Rotary International - Distrito 4621; o 2º Suplente, membro do segmento Usuários de Recursos Hídricos, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA) e o 3º Suplente, membro do segmento Órgãos de Governo, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). Para representar o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, como titular e suplente no Plenário do PCJ FEDERAL e membros no Colegiado Coordenador, foram indicadas, respectivamente, a instituição Fórum das Américas e Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); como titular e suplente no Plenário do CBH-PCJ, respectivamente, foram indicados a

Associação Amigos do Horto Florestal "Navarro de Andrade" (AAMHOR) e o Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo (SIFAESP). Como representante da Rede Brasil de Organismos de Bacias (REBOB) foi indicado como membro titular a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), e o Rotary International - Distrito 4590 como suplente da vaga; **f) Composição da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL):** a composição da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) prevê 6 (seis) vagas de titulares e seus respectivos suplentes, com direito a voz e voto, para cada segmento Órgãos Estaduais (MG e SP) e Federal; Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas membros dos plenários dos Comitês PCJ, contabilizando 24 (vinte e quatro) vagas. A relação dos órgãos e entidades eleitos nas Assembleias Setoriais para a CT-PL constam do art. 11 da minuta de deliberação. O Sr. André lembrou que a CT-PL conta também com a participação como membros com direito a voz, mas sem direito a voto, as coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; e como convidados, com direito a voz mas sem direito a voto, as diretorias dos Comitês PCJ; os representantes indicados para o CRH/SP, CMC/SP e CONESAN/SP; representantes do Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente (GAEMA-PCJ); e a diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ. Encerrada a divulgação dos resultados das Assembleias Setoriais, e não havendo manifestações, o Sr. André colocou a minuta de deliberação em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Assim, foram homologados os resultados e dada a posse a todos os eleitos, que terão mandato (2023/2025) no período compreendido entre 30/03/2023 e a data da próxima eleição, que deverá ocorrer até 31/03/2025. **3.4. Aprovação da ata da 28ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 07/12/2022, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 28ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 07/12/2022, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu a palavra para manifestação sobre seu conteúdo. Não havendo manifestação, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **3.5. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a Deliberação do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) nº 213/20, de 31/01/2020, estabelece que os Comitês de Bacias Hidrográficas devem aprovar seus respectivos Planos Anuais de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de São Paulo até o final do mês de abril do exercício a que se refere. O referido Plano formaliza a previsão de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o exercício 2023 e os ajustes da receita para investimento do ano anterior. O Sr. André informou que o montante de R\$ 20.849.000,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais) foi a previsão de arrecadação de recursos financeiros para o exercício 2023. Apresentou o resumo da receita e o custeio (com alocação da previsão de arrecadação de dez por cento para os custeios da Fundação Agência das Bacias PCJ) – R\$ 20.209.000,00 (vinte milhões, duzentos e nove mil reais) referente a previsão de arrecadação do ano de 2022 e R\$ 21.853.015,57 (vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinze reais e cinquenta e sete centavos) efetivamente arrecadados; R\$

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, em 30/03/2023

2.020.900,00 (dois milhões, vinte mil e novecentos reais) referentes a previsão de alocação para custeio do ano de 2022 e R\$ 2.032.185,25 (dois milhões, trinta e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) de repasse efetivo para custeio. Explanou ainda o detalhamento das despesas de custeio referentes a alocação da previsão de arrecadação dos custos operacionais da cobrança, atividades de Secretaria Executiva, outras despesas de custeio e pessoal (dez por cento para os custeios da Fundação Agência das Bacias PCJ). Comunicou sobre o balanço dos rendimentos realizados quanto aos ajustes do exercício 2022 e previsões para o exercício 2023; a taxa de administração do Agente Financeiro previstos para o ano de 2022, desembolso efetuado no exercício 2022 e previsão para o exercício 2023. O Sr. André informou que o Anexo III trata da memória de cálculo de investimento contemplando os empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista para apurar eventuais saldos de contratos a serem utilizados no exercício subsequente. Dando sequência, o Sr. André abriu para manifestação dos membros e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 435/23, de 30/03/2023 que aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2023, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.6. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Relatório Anual de Atividades – RAA dos Comitês PCJ referente ao exercício 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que o Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com interveniência dos Comitês PCJ, estabelece que anualmente a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar o Planejamento Anual de Atividades (PAA) do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) e de suas instâncias, conforme as diretrizes do planejamento estratégico e em conformidade com as orientações dos plenários e diretoria dos Comitês PCJ. O PAA e seu respectivo Relatório Anual de Atividades (RAA), que aferirá os resultados do PAA, inserem-se no âmbito do Indicador 1 do Contrato de Gestão mencionado, o qual diz respeito à aferição do número de eventos e de reuniões realizados pelos Comitês PCJ para o exercício subsequente conforme planejamento. Resultado maior ou menor do número de eventos e reuniões planejado no período indica que há falha no planejamento, à exceção da existência de situações excepcionais, como, por exemplo, de crise hídrica, devidamente justificadas e apreciadas pelo plenário do CBH. Desse modo, para obter a pontuação máxima da meta, a execução do número total de eventos e reuniões planejados deverá estar entre 90% (noventa por cento) e 110% (cento e dez por cento) do PAA. Para valores abaixo de 90% (noventa por cento) e acima de 110% (cento e dez por cento), seguirá uma pontuação decrescente para a meta. O Sr. André informou que foram previstos 80 (oitenta) eventos e/ou reuniões no âmbito dos Comitês PCJ para o exercício de 2022, sendo realizados 81 (oitenta e um) eventos e/ou reuniões. Conforme mencionado, a variação limite de mais ou menos dez por cento não acarretou impacto negativo na pontuação para a meta. O Sr. André acrescentou que o Relatório Anual de Atividades (RAA) é um documento que contém a descrição e, sobretudo, a avaliação da execução do Planejamento Anual de Atividades (PAA). Após os esclarecimentos, o Sr. André enfatizou que para as reuniões/eventos que não ocorram e/ou foram alterados, a planilha do RAA possui um campo destinado para justificativas, e abriu a palavra para manifestação dos presentes. Não havendo manifestações, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 436/23, de 30/03/2023, que aprova o Relatório Anual de Atividades – RAA dos Comitês PCJ, referente ao

exercício 2022, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.7. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Trabalho Anual - exercício 2023 e Relatório de Atividades Anual - exercício 2022, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS).** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou tratar-se do Relatório Anual de Atividades (RAA) dos Comitês PCJ - exercício 2022, que foi elaborado em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O preenchimento da planilha que compõe o Relatório foi baseado nas ações previstas e realizadas do Plano de Trabalho Anual (PTA) – exercício 2022. Informou que a planilha contempla uma amostragem das atividades a serem desenvolvidas em 2023 pelos Comitês PCJ, as quais estão destacadas nos Anexos I – Plano de Trabalho Anual – exercício 2023 e Anexo II – Atividades que foram executadas em 2022. Por se tratar de assuntos correlatos, ambos são deliberados em um único documento. Após as explicações, o Sr. André abriu para manifestações e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 437/23, de 30/03/2023, que aprova o Plano de Trabalho Anual - exercício 2023 e Relatório de Atividades Anual - exercício 2022, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.8 Informes. 3.8.1 Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL informou que: **a)** a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) está com inscrições abertas para cursos de capacitação voltados para a regulação e gestão das águas e saneamento. Após atualização do seu portal de capacitação, os cursos da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) estão sendo disponibilizados por meio da Escola Virtual de Governo (EV.G). Os cursos são gratuitos, de curta duração e realizados por ensino a distância (EaD), com a emissão de certificados. O fomento a capacitação está previsto no Plano de Capacitação dos Comitês PCJ 2022-2025. Os certificados devem ser encaminhados para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, para registro em banco de dados; **b)** as prefeituras municipais têm até o dia 31/03/2023 para realizar o preenchimento do Formulário IGR/Parcela IRS na Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos para o ano de 2023 (ano base 2022). A ferramenta tem a finalidade de avaliar a gestão municipal de resíduos sólidos e subsidiar as ações dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, além da tomada de decisão na formulação de políticas de apoio aos municípios e consórcios intermunicipais; **c)** em 09/03, ocorreu a Oficina sobre a revisão de mecanismos e valores das cobranças PCJ Paulista e Federal. O evento ocorreu das 9h às 16h30min, no CIESP-Campinas/SP, em que foram abordados assuntos relacionados a metodologia e produtos desenvolvidos e em desenvolvimento pela HIDROBR, as proposições iniciais de inovações e aperfeiçoamentos de mecanismos e valores de cobrança; **d)** a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) do Estado de São Paulo avaliou o Relatório de Situação PCJ 2022 (ano base 2021) e conferiu a nota máxima 10,0 (dez). O Sr. André parabenizou a todos os envolvidos; **e)** visando eliminar gradualmente a impressão de papel dos materiais para as reuniões presenciais da CT-PL e Plenárias, o Sr. André informou que serão inseridos, por meio eletrônico, a utilização do QRCode para visualização do conteúdo das reuniões. A iniciativa será efetivada na 57ª Reunião Extraordinária da CT-PL, a ser realizada em 28/04, em Campinas/SP; **f)** a 57ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, em 30/03/2023

ocorrerá em 28/04, de modo presencial na PUC-Campinas (Campus 1), em Campinas/SP, com início às 9h30min. O Sr. André solicitou aos membros que reservem as datas em suas agendas de trabalho; **3.8.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: **a)** o “Projeto Cantareira PCJ”, foi lançado em 26/01, na Câmara Municipal de Piracicaba. Os recursos são provenientes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), no contexto do cumprimento de medidas condicionantes da outorga do Sistema Cantareira (SC). Serão desenvolvidas ações relacionadas à proteção de microbacias voltadas ao abastecimento público nos municípios: Bragança Paulista, Joanópolis, Nazaré Paulista, Piracicaba, Vargem, Camanduva, Extrema, Itapeva e Sapucaí-Mirim. As ações deverão garantir mais água para o SC e terão investimento de R\$ 8.750.000,00 (oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais) ao longo dos próximos 5 (cinco) anos. Os primeiros passos do Projeto Cantareira PCJ foram definidos dia 14/03 durante reunião técnica realizada na Câmara Municipal de Joanópolis/SP. O evento foi promovido pela Fundação Agência das Bacias PCJ, por meio da Assessoria Ambiental, com o apoio da Prefeitura Municipal de Joanópolis, e serviu também para troca de experiências sobre ações de proteção de mananciais que já são realizadas na região. O encontro contou com a participação de representantes de diversas prefeituras, instituições e organizações não governamentais; **b)** Nos dias 16 e 17/03 representantes da Agência das Bacias PCJ estiveram em Brasília/DF participando do evento em celebração ao Dia Mundial da Água 2023. Durante o evento aconteceu o lançamento do Pacto pela Governança da Água que teve como objetivo estimular a parceria entre a ANA e os governos estaduais e distrital visando à cooperação para o aprimoramento da gestão de recursos hídricos, da regulação dos serviços de saneamento básico e da segurança de barragens. A delegação foi representada pela diretoria da Agência das Bacias PCJ; **c)** a convite da *The Nature Conservancy* (TNC), a Fundação Agência das Bacias PCJ participou do evento da Aliança Latino-Americana de Fundos de Água, que ocorreu entre os dias 31/01 a 02/02/2023, em Bogotá, na Colômbia. As organizações de Fundos da Água se reuniram na Colômbia para compartilhar ideias, experiências e aprendizados relevantes para a segurança hídrica da América Latina e do Caribe. Estiveram presentes a Sra. Marina Peres Barbosa, representante da Fundação Agência das Bacias PCJ e o Sr. João José A. de Abreu Demarchi, representante dos Comitês PCJ; **d)** em seguida, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, explanou que foi encaminhado o Ofício Agência das Bacias PCJ nº 015/2023 aos membros dos Comitês PCJ, informando sobre a recomendação da auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que não é permitida às empresas ou instituições contratadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ a realização de quaisquer pagamentos aos membros participantes nas diversas instâncias dos Comitês PCJ, em virtude de configurar eventual conflito de interesse e afronta ao princípio da moralidade, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal. A Fundação Agência das Bacias PCJ deve considerar como referência para a realização de processos licitatórios a Resolução ANA nº 122/19 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 e, a partir de 01/04/2023, a Lei Federal nº 14.133/21, sendo que os referidos normativos respeitam todos os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal; **e)** em 01/03/2023, a Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhou o relatório anual dos resultados do Contrato de Gestão ANA, exercício 2022. Foram apresentados os indicadores e metas do Programa de Trabalho (Anexo II); **f)** apresentou os resultados da pesquisa de reconhecimento social da

Fundação Agência das Bacias PCJ informando que se trata da aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da entidade delegatária no exercício de suas atribuições no ano de 2022. A aplicação da pesquisa consiste em atendimento ao Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com intervenção dos Comitês PCJ. A média geral apontada foi 9 (nove) - ótimo; e **g)** dando prosseguimento, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou os resultados do Ato Convocatório nº 001/2022 referente a ações financiáveis do PDC 6/6.2 - Regularização de vazão de cursos d'água e PDC 7/7.1 - Ações estruturais de micro ou macrodrenagem para mitigação de inundações e alagamentos para obtenção de recursos da Cobrança PCJ Federal. A Sra. Patrícia apresentou o total de 43 (quarenta e três) inscritos e 3 (três) solicitações de indeferimentos, sendo 2 (duas) indeferidas e 1 (uma) classificada, a qual foi apreciada pela Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), em 03/03/2023, na sua 88ª Reunião Ordinária; **3.8.3. Membros dos Plenários.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, que cumprimentou a todos e explanou sobre as dificuldades enfrentadas no Processo Eleitoral do CBH-PJ1, sendo o prazo prorrogado por falta de entidades inscritas. Também explanou sobre as dificuldades enfrentadas pelas Prefeituras Municipais da porção mineira nas bacias PCJ quanto a submissão de propostas de empreendimentos para o aporte de recursos financeiros advindos da Cobrança PCJ Federal e solicitou apoio para a Fundação Agência das Bacias PCJ com o objetivo de dar suporte para as prefeituras relacionado ao assunto em discussão. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Damião Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal de Toledo e Secretário-executivo do CBH-PJ1, que exaltou as palavras do Sr. Sidney e ressaltou sobre a necessidade de buscar apoio para atingir os resultados esperados na gestão de recursos hídricos das Bacias PCJ, em especial na região geográfica que abrange os municípios mineiros. Em seguida, o Sr. André enfatizou a importância de promover reuniões com as prefeituras municipais da porção mineira das Bacias PCJ com o objetivo de entender as demandas e atuar no contingenciamento da deficiência existente. Dando prosseguimento, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Maria de Lourdes Amaral Nascimento, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que cumprimentou a todos e reforçou que o Processo Eleitoral do CBH-PJ1, mandato 2023-2027, iniciou com o Edital de Convocação IGAM nº 37/2022, que estabeleceu o processo eleitoral para a nova composição do CBH-PJ1 sendo ofertadas 24 (vinte e quatro) vagas, distribuídas em 4 (quatro) segmentos, sendo Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, representantes de Usuários de Recursos Hídricos e representantes de entidades da Sociedade Civil, ambos com atuação na Circunscrição Hidrográfica PJ1. Informou que o Processo Eleitoral foi prorrogado pela 6ª (sexta) vez devido à falta de interessados nos segmentos Municípios e Sociedade Civil, não havendo o número de inscritos aptos para continuidade do processo. A Sra. Maria de Lourdes enfatizou sobre a importância da colaboração e participação das entidades mineiras no CBH-PJ1. Enfatizou que é sabido a burocracia para que os municípios mineiros submetam propostas de empreendimentos para o aporte financeiro do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO) e que o IGAM está estimulando a participação desses. **3.9. Encerramento:** O Sr. André agradeceu a participação de todos os membros durante o último mandato

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba, em 30/03/2023

destacando o apoio e contribuição ímpar em prol da melhoria do funcionamento dos Comitês PCJ. Desejou um bom trabalho aos membros e dirigentes eleitos para o mandato que se inicia, e nada

mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu a
685 reunião por encerrada.

(assinado digitalmente)

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA

Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO

Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL